



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Notas explicativas às Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais mil)

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Serviço Social da Indústria – SESI é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos, criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a 1º de julho de 1946, consoante ao Decreto - lei nº 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, regulamentada através do Decreto nº 57.375, de 02 de dezembro de 1962, alterado pelo Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, tem por escopo estudar, planejar e executar iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria e atividades semelhantes, bem como de seus dependentes, colaborando com a melhoria do padrão de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

O SESI Departamento Regional do Ceará, matriz, está localizado na Av. Barão de Studart, 1980, 2º Andar, Fortaleza, Ceará, e tem por objetivo:

- a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- b) educação de base;
- c) educação para a economia;
- d) educação para a saúde (física, mental e emocional);
- e) educação familiar;
- f) educação moral e cívica;
- g) educação comunitária, de acordo com o Art. 5º de seu Regulamento.

A entidade tem como principais fontes de receita, as contribuições compulsórias, previstas no Artigo 3º, Decreto - Lei nº 9.403 de 25 de Junho de 1946, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no segmento industrial. A Arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o industrial recolhe diretamente ao Departamento Regional, ou de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária ou guia do E-Social, paga à Receita Federal.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente aquelas aplicáveis às Entidades regidas pela Lei 4.320/64 e NBC T 16.6 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº. 1.133/08, e alterada pela Resolução CFC nº 1.437/13, e consonância com a Lei 11.638/07.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais mil)

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis adotadas no Brasil e aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBC TSP), atendendo também a padronização do Plano de Contas e Manual de padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

De acordo com o que dispõe o artigo 39, letra c, do Regulamento do Sesi, aprovado pelo Decreto 53.375, de 02 de dezembro de 1965, atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 08 de novembro de 2008, o Processo de Prestação de Contas do Departamento Regional do Sesi será examinado pela Comissão de Contas do Conselho Regional que se manifestará através de parecer e posteriormente, será apreciada e votada pelo plenário do Conselho Regional em reunião específica obedecendo os prazos regimentais.

A Administração da “Entidade” autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- (a) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 4) - Esses valores são estimados com base no levantamento de títulos vencidos a mais de 180 dias, considerando um possível não recebimento;



2

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

- (b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – arrecadação direta (Nota nº 5) – Valores estimados pelo valor da causa, com base no tipo de risco “provável”;
- (c) Determinação das taxas de depreciação do Ativo Imobilizado (Notas nº 2.16 e 2.17);
- (d) Provisão para contingências judiciais (Nota nº 17);
- (e) Provisão para participação nos lucros e resultados (Nota nº 2.21).

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, bem como os mesmos são revistos periodicamente.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. As informações financeiras estão evidenciadas de forma arredondadas para milhares de Reais, com exceção quando indicado de outra forma.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades do Sesi-CE estão representadas por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, principalmente, na área de educação, saúde e segurança do trabalho do Sesi/CE.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são constituídas com base nos títulos vencidos a mais de 180 dias, conforme preceitua o “CPC SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes”, a partir de uma análise individual dos vencimentos dos títulos.

2.8. Adiantamentos

Adiantamentos relacionados à salários, férias, 13º salário, adiantamentos a fornecedores e demais adiantamentos para realização de despesas de pagamento imediato.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

2.9. Departamento conta movimento

Representam as operações financeiras entre o Sesi/CE e os Departamentos Nacional e Regionais da mesma Entidade.

2.10. Receitas a receber - Receitas de contribuições

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, provenientes da contribuição compulsória de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, recolhida de forma direta através de convênio de arrecadação firmado diretamente com o Sesi-CE, ou indiretamente via GPS ou Guia e-social e repassadas ao Sesi.

2.11. Outras receitas a receber (circulante e não circulante)

São demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.12. Contas correntes ativas e passivas

Valores correspondentes a operações que constituem direitos ou obrigações realizadas junto aos centros de atividades, colaboradores ou terceiros.

2.13. Estoques

Os estoques são compostos de materiais utilizados para consumo, bem como materiais didáticos utilizados nos cursos prestados pela entidade. São mensurados pelo valor de custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando do seu consumo ou perecimento.

2.14. Despesas antecipadas

Valores pagos pela contratação de licenças, que são apropriados mensalmente nas contas de resultado, observando o período de vigência do contrato.

2.15. Depósitos para recursos judiciais

Depósitos efetuados em contas bancárias por ordem judicial, registrados pelo seu valor original.

2.16. Imobilizado

Os bens imóveis e móveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção. Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. As avaliações foram feitas por empresa

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

especializada independente utilizando modelo próprio por meio do “Método Comparativo Direto de Dados de Mercado”, com a utilização da estatística descritiva e aprovadas pela Administração da Entidade.

A Entidade submete-se à Norma Geral de Patrimônio NPSG nº. 2014001 de 07/04/2014 do Sistema FIEC, em consonância também com as Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Em relação à depreciação, os terrenos e os bens cedidos não são depreciáveis. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear a taxas anuais, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada para o exercício corrente. Ademais, a Administração da Entidade revisou a vida útil e adotou novas vidas úteis estimadas dos bens, bem como taxas anuais para a depreciação do imobilizado, conforme segue:

	Taxa média ponderada anual
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10%
Equipamentos esportivos e artísticos	10%
Equipamentos médicos, cirúrgicos, odontológicos e laboratoriais	10%
Instrumentos musicais	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%

	Taxa média ponderada anual (atualizada)
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10% - 25%
Equipamentos esportivos e artísticos	10%
Equipamentos médicos, cirúrgicos, odontológicos e laboratoriais	10% - 25%
Instrumentos musicais	10%
Equipamentos de informática	25%
Veículos	10% - 20%

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Tavares
5

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

2.17. Intangível

A entidade registra os gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A entidade efetuou o teste de recuperabilidade, no grupo de Intangíveis, registrando as perdas identificadas para as licenças de uso e software.

A vida útil dos bens intangíveis foi revisada, permanecendo o prazo anteriormente adotado, bem como a taxa anual para amortização dos bens intangíveis, conforme segue:

	<u>Taxa média ponderada anual</u>
Softwares	25%

2.18. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Geralmente, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

2.19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante as parcelas vincendas no prazo do exercício social (12 meses), e o restante do saldo devedor é classificado no Exigível a Longo Prazo. A instituição mantém empréstimos apenas com o Departamento Nacional, o Fundo de Reserva Financeira.

2.20. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas mensalmente, e ajustadas quando necessário.

2.21. Benefícios a funcionários

(a) Participação nos lucros e bônus

A Instituição no exercício de 2017, aprovou junto ao Conselho Regional, o programa de participação nos lucros e resultados, com base em estudo feito por empresa de consultoria contratada. Tais participações seriam devidas, caso fossem atendidos alguns critérios de resultado global das entidades do Sistema FIEC, índice de liquidez compatível por entidade, bem como atingimento de metas de execução de receitas e despesas.

(b) Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

A instituição contribui para o Plano de Previdência Complementar Industrial - PRECIN, que é recolhido mensalmente para a empresa Icatu Fundo Multipatrocinado, administradora do fundo de pensão.

2.22. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

O registro das receitas atende ao que está definido na norma contábil, CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Para esta norma contábil, que teve vigência iniciada em Janeiro/2018, deve-se atender a 05 critérios, para a apropriação da receita:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

Handwritten signature and initials

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

(e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço (ver item 52).

A entidade não sofreu muitos impactos com a adoção da nova norma em suas demonstrações contábeis, e está atendendo ao que consta no normativo.

As receitas orçamentárias são constituídas pelas receitas correntes (da atividade própria) e receitas de capital.

- (a) **Receitas correntes:** compostas pelas receitas de contribuições (arrecadação compulsória direta e indireta); receitas patrimoniais (aluguéis e rendimentos de valores mobiliários); receitas de serviços (saúde, educacional, lazer e consultoria); outras receitas correntes (patrocínios e receitas financeiras) e transferências correntes (subvenções e auxílios, apoios financeiros, receitas de projetos e incentivo à produção).
- (b) **Receitas de capital:** receitas relacionadas à alienação de bens, apropriações de recursos financeiros destinados a atender às despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (subvenções e auxílios).

Em relação às despesas, compreendem os gastos realizados pelo Sesi-CE na manutenção de suas atividades, identificadas como despesas correntes e despesas de capital, conforme segue:

- (a) **Despesas correntes:** correspondem aos gastos necessários para manutenção das atividades da entidade. Composta pelas despesas com pessoal e encargos, ocupação e utilidades, transportes e viagens, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos e contribuições, e despesas diversas; e as transferências correntes (transferências regulamentares e auxílios a terceiros).
- (b) **Despesas de capital:** gastos incorridos e provisões classificáveis como investimentos com bens móveis e imóveis, inversões financeiras e transferências de capital (amortização da dívida).

2.23. Instrumentos financeiros

a) **Ativos financeiros:** os ativos financeiros da Entidade são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber e departamento conta movimento. Na data

7/12/18

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

do balanço, os ativos financeiros são avaliados para identificação da recuperabilidade de ativos.

b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Entidade compreendem contas a pagar, fornecedores, empréstimos, financiamentos e convênios e acordos. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após reconhecimento inicial, os empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e classificados como passivo circulante e não circulante, de acordo com o período de amortização total da transação.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

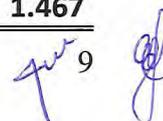
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa	1	3
Banco conta movimento	323	23
Aplicações financeiras	90.325	77.223
Total	<u>90.649</u>	<u>77.249</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Clientes	2.770	1.936.181
Subtotal	2.770	1.936
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de clientes	(623)	(470)
Subtotal	(623)	(470)
Total	<u>2.147</u>	<u>1.467</u>

9



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. Além disso, tem como política reconhecer como perda os títulos vencidos há mais de 180 dias, conforme orienta o "CPC - SI (Sistema Indústria) - Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes".

5. RECEITAS A RECEBER

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Ativo Circulante</u>		
Arrecadação indireta	2.503	2.122
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	1.844	2.260
Subvenção ordinária	689	699
Subvenção especial	840	827
Convênios arrecadação direta	387	532
Subtotal	<u>6.263</u>	<u>6.440</u>
<u>Ativo Não Circulante</u>		
Convênios arrecadação direta	3.656	4.078
Subtotal	<u>3.656</u>	<u>4.078</u>
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da arrecadação direta	(2.735)	(1.536)
Total	<u>7.184</u>	<u>8.981</u>

Os valores correspondentes a perda estimada no recebimento dos valores a receber da arrecadação direta, foram efetuadas de acordo com a probabilidade de êxito da ação definida pela Gerência Jurídica do Sistema FIEC.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

6. OUTRAS RECEITAS A REBER

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Outras receitas a receber - aluguéis	585	492
Subtotal	585	492
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de outras receitas a receber - aluguéis	(507)	(419)
Subtotal	(507)	(419)
Total	<u><u>78</u></u>	<u><u>72</u></u>

Valores correspondentes aos aluguéis a receber de três imóveis locados para duas Prefeituras e para um órgão do Estado. Foi lançada também perda estimada referente a esses valores, observando o mesmo critério adotado para os Clientes PF e PJ.

7. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Ativo Circulante</u>		
Conta Movimento SENAI	17	119
Conta Movimento FIEC	25	172
Conta Movimento IEL	1	-
Total	<u><u>44</u></u>	<u><u>292</u></u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Conta Movimento FIEC	199	48
Conta Movimento IEL	37	35
Total	<u><u>236</u></u>	<u><u>83</u></u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

Estas rubricas referem-se as transações com partes relacionadas, registros esses, das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

8. ESTOQUE

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Produtos para consumo e materiais didáticos	334	304
Total	<u>334</u>	<u>304</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Perda por Impairment</u>	<u>Líquido</u>	
				<u>2018</u>	<u>2017</u>
Terrenos	13.942	-	(21)	13.921	13.942
Imóveis	69.474	(12.620)	(2.998)	53.856	51.590
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.815	(192)	-	1.623	1.417
Veículos	4.594	(3.855)	-	739	1.021
Mobiliário em geral	3.239	(1.920)	(324)	995	1.517
Máquinas e equipamentos	4.723	(2.448)	(295)	1.981	2.102
Equipamentos de informática	6.366	(4.979)	(403)	983	1.486
Equip. médicos, cirúrgicos e odont.	4.593	(2.867)	(111)	1.615	1.997
Equip. esportivos, art. e de recreação	1.032	(640)	(6)	386	458
Instrumentos musicais	24	(17)	-	6	42
Total	<u>109.802</u>	<u>(29.537)</u>	<u>(4.159)</u>	<u>76.105</u>	<u>75.573</u>

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, tendo sido identificado, por meio do *impairment test*, a desvalorização de alguns ativos em 2018. A vida útil dos foi revisada, sendo estimada com base em uma pesquisa de mercado, alterando também o saldo de vida útil remanescente para os bens avaliados. A atualização da vida útil dos bens foi adotada em 2018 para os bens que sofreram perda por *impairment*.

Movimentação do imobilizado:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Perda por Impairment</u>	<u>31.12.2018</u>
Terrenos	13.942	-	-	-	(21)	13.921
Imóveis	51.590	6.534	-	(1.270)	(2.998)	53.856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.417	457	(218)	(33)	-	1.623
Veículos	1.021	209	(1.205)	713	-	739
Mobiliário em geral	1.517	77	(45)	(230)	(324)	995
Máquinas e equipamentos	2.102	625	(130)	(321)	(295)	1.981
Equipamentos de informática	1.486	455	(171)	(384)	(403)	983
Equip. médicos, cirúrgicos e odont.	1.997	132	(52)	(350)	(111)	1.615
Equip. esportivos, art. e de recreação	458	15	(1)	(81)	(6)	386
Instrumentos musicais	42	11	(164)	117	-	6
Total	<u>75.573</u>	<u>8.516</u>	<u>(1.985)</u>	<u>(1.838)</u>	<u>(4.159)</u>	<u>76.105</u>

Em Julho de 2018 iniciou o inventário dos bens patrimoniais do Sistema FIEC, com conclusão em dezembro de 2018.

O levantamento de inventário foi realizado pela equipe interna da Gerência de Contabilidade e Patrimônio, com auxílio de aplicativo desenvolvido pela GETIC – Gerência de Tecnologia e Comunicação. Com o uso do aplicativo, foi possível efetuar a leitura do código de barra dos bens, realizando as movimentações no sistema Protheus, quando necessário. No levantamento, alguns bens não foram localizados, constando como ação para tratativa no inventário de 2019, conforme segue:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

Unidades Sesi DR CE	Quantidade de bens	Bens para análise	Valor residual
SESI DR	3.771	632	80
SESI NR Saúde	1.174	179	44
SESI Museu	780	0	0
SESI Juazeiro	1.521	198	6
SESI Parangaba	5.721	626	204
SESI Albano	916	199	6
SESI Clube da Parceria	458	2	0
SESI Pecém	137	0	0
SESI Barra	2.657	1.280	72
SESI Sobral	1.957	341	146
	19.092	3.457	557

10. INTANGÍVEL

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por Impairment	Líquido	
				2018	2017
Softwares	836	(395)	(93)	348	581
Total	836	(395)	(93)	348	581

Movimentação do intangível:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	Perda por Impairment	31.12.2018
Softwares	581	23	(1)	(163)	(93)	348
Total	581	23	(1)	(163)	(93)	348

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

11. PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS – ATIVO CONTINGENTE

Conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o ativo contingente não deve ser reconhecido, porém, quando for "provável" a entrada de benefícios econômicos, o mesmo deve ser divulgado, conforme item 34 do CPC 25. O Sesi/CE possui processos na condição de autor junto à Justiça Estadual e Justiça Federal, com probabilidade de êxito "provável", cabendo a divulgação desses valores:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Justiça Estadual	522	524
Justiça Federal (Sesi e Senai)	150	-
Justiça Federal - (Sesi, Senai, Fiec, Iel e Condomínio)	7.912	7.912
Total	<u>8.584</u>	<u>8.436</u>

Na justiça federal, há processos correspondentes às entidades Sesi, Senai, Fiec, Iel e Condomínio, sendo considerado para fins de divulgação o valor total da causa.

12. FORNECEDORES A PAGAR

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores - Pessoa Física	-	1
Fornecedores - Pessoa Jurídica	4.053	3.021
Total	<u>4.053</u>	<u>3.022</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Salários e encargos sociais	2.859	1.203
Provisão para férias e encargos sociais	2.316	2.611
IRRF a recolher	361	344
ISS a recolher	54	50
CSLL/PIS/COFINS a recolher	141	91
Total	<u>5.732</u>	<u>4.299</u>

O valor referente ao montante provisionado de remuneração variável a pagar (Participação nos lucros e resultados), correspondeu ao montante de R\$1.632.211,18, registrados na rubrica de Salários e encargos sociais. Os valores que foram provisionados para pagamento a título de participação nos resultados e lucros foram considerados com base na estimativa de atingimento de metas por setor, conforme determinado na política de Remuneração Variável do Sistema FIEC.

14. CONVÊNIOS – ARRECADAÇÃO DIRETA

Referente aos valores devidos pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional, correspondente às arrecadações recebidas das empresas conveniadas:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Convênios arrecadação direta	2.337	2.024
Total	<u>2.337</u>	<u>2.024</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A entidade possui dois empréstimos ativos com o Departamento Nacional: reequilíbrio de caixa nº 000092 e fundo de reserva financeira nº 000148. Os recursos são provenientes do fundo de reserva constituído entre os regionais, com base na Resolução SESI 01/2012, com a finalidade de suprir os departamentos regionais de recursos financeiros para implementação de projetos específicos, alinhados à estratégia do Departamento Nacional.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Empréstimo Reequilíbrio de caixa - NR 000092	1.285	1.143
Empréstimo FRF - NR 000148	2.044	1.751
Juros s/ empréstimo reequilíbrio de caixa - NR 000092	-	141
Juros s/ empréstimo FRF - NR 000148	-	371
Subtotal	<u>3.329</u>	<u>3.405</u>
<u>Exigível a Longo Prazo</u>		
Empréstimo Reequilíbrio de caixa - NR 000092	-	1.314
Empréstimo FRF - NR 000148	2.357	4.559
Juros s/ empréstimo reequilíbrio de caixa - NR 000092	-	53
Juros s/ empréstimo FRF - NR 000148	-	330
Subtotal	<u>2.357</u>	<u>6.255</u>
Total	<u><u>5.687</u></u>	<u><u>9.661</u></u>

16. CONVÊNIOS

Valores correspondentes aos projetos e convênios firmados com o Departamento Nacional e demais entidades, que não efetuaram as prestações de contas na sua totalidade, uma vez que as receitas estão sendo apropriadas de acordo com a realização da despesa correspondente e andamento dos projetos.

Tuec

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
PJ 268663 PROGRAMA VIRA VIDA - CURSOS	3	514
PJ SISTEMA DE GESTAO ESCOLAR	185	185
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA	-	41
PJ - SAUDE INTERATIVA	-	27
PJ 258880 CAP. FOCO NO VALOR AGREG SERV.	15	80
PATROCINIO MUSEU	-	191
PJ 48877 MELH. INFRAEST. JUA	-	639
PJ-103022--MODGESTAO TECN.INFOR.COM.SESI	-	1
PJ DIA NACIONAL DA CONTRUCAO SOCIAL	-	20
PJ 189529 MOD. SESI DES. SUSTENT. COMPET	-	16
PJ 194387 DIAGNOSTICO LEGAL EM SST	-	20
TAA - CENTRO DE REFERENCIA	-	2.145
PJ 98010 MUSEU DA INDUSTRIA	-	422
PJ-DESENV.COMP. DE ERGONOMIA	-	114
PJ-REDE SESI DO TRABALHADOR	-	45
PJ- READEQUACAO DE PORTFOLIO - PS EM MOV	-	85
PJ 258878 REDE IDENT. DEM. INT. ESTADO	1	77
PJ 264768 MODERN. FISICA CASA DA IND.	394	2.394
PJ 258899 AMPLIACAO CAPILARIDADE PECEM	338	656
PJ 273283 SESI EM SOLUCOES INTEGRADAS	61	-
PJ 273299 DESEN. COMPETENCIAS INOVAR SSI	38	-
SUBVENCAO EXTRAORDINARIA 2018	820	-
PJ 274488 - IMPLANTACAO SESI VIVA+	119	-
ESTIMULO A PRODUCAO SST	106	-
ESTIMULO A PRODUCAO EJA	58	-
ESTIMULO PRODUTO PNSST	9	-
ESTIMULO PROD. SEVS	23	-
ESTIMULO A PRODUCAO EBEP	30	-
Total	<u>2.201</u>	<u>7.674</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A entidade é parte em diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do setor Jurídico da instituição. A Administração acredita que essas

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

17.1 Composição das provisões

As provisões estão constituídas com base na avaliação da Gerência Jurídica da instituição, para processos com possibilidade de perda “**Provável**”. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Justiça Trabalhista	548	230
Justiça Trabalhista (SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio)	52	-
Total	<u>600</u>	<u>230</u>

17.2 Passivo Contingente

A entidade é ré em ações de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, onde existe uma “**Possível**” probabilidade de perda, e tais valores não são provisionados, porém conforme NBC TG 25 (R1), este Passivo Contingente deve ser divulgado, como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Justiça Trabalhista (a)	-	800
Justiça Trabalhista (SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio) (b)	-	4.136
Justiça Federal (Cíveis, SESI e SENAI)	11	-
Justiça Estadual (Tributário e Cíveis)	115	194
Total	<u>126</u>	<u>5.130</u>

(a) Os processos trabalhistas que haviam sido divulgados em 2017 como possíveis, em alguns casos, passaram a ser considerados com perda “**Provável**”, com provisão constituída na contabilidade, como detalhado no item 17.1 desta nota. Em função disto não estão divulgados no exercício de 2018 como Passivo Contingente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R\$ 155.894.203,26 (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e três reais, e vinte e seis centavos), representa a situação patrimonial da entidade, posição em 31.12.2018, cujo o incremento em relação ao exercício anterior face o superávit apurado foi R\$ 17.628.552,84, como segue demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2018</u>
Superávit orçamentário 2018	16.287
(+) Variações patrimoniais ativas	
Resultante de execução orçamentária	7.802
Independente de execução orçamentária	1.862
Variações financeiras	4.581
Subtotal	30.532
(-) Variações patrimoniais passivas	
Resultante de execução orçamentária	(1.008)
Independente de execução orçamentária	(8.358)
Variações financeiras	(3.539)
Subtotal	(12.905)
Total	<u>17.628</u>

Segue, ainda, a evolução do patrimônio social:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Patrimônio social acumulado	138.266	129.153
Adicionado ao exercício	17.628	9.113
Total	<u>155.894</u>	<u>138.266</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

19. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária do exercício será demonstrada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 (gestão orçamentária), apresentando os seguintes resultados:

	<u>Dotação</u>	<u>Realização</u>
Receitas correntes	112.532	113.300
Receitas de capital	3.121	1.534
Total	<u>115.653</u>	<u>114.834</u>
	<u>Dotação</u>	<u>Realização</u>
Despesas correntes	102.388	87.325
Despesas de capital	13.265	11.222
Total	<u>115.653</u>	<u>98.547</u>

Ainda, em relação aos valores arrecadados e gastos pela entidade no exercício de 2018, verificou-se a seguinte participação das principais receitas e despesas, de forma comparativa com o exercício anterior.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas		
Contribuições (a)	64.934	63.593
Patrimoniais (b)	6.282	7.319
Serviços	14.810	12.633
Outras receitas correntes (c)	2.903	3.081
Subvenções e auxílios regul./regimentais (d)	10.718	10.622
Apoios financeiros (e)	13.652	8.953
Receitas de capital (f)	1.534	8.843
Total	<u>114.834</u>	<u>115.044</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas		
Pessoal e encargos sociais	51.076	55.177
Ocupação e utilidades	4.331	3.902
Material de consumo	1.909	2.171
Transportes e viagens	573	957
Serviços de terceiros	21.066	25.288
Outras despesas correntes	194	209
Despesas financeiras	569	705
Impostos, taxas e contribuições	339	170
Despesas diversas (g)	1.505	1.649
Contrib./transf. regul./regimentais (h)	5.740	5.595
Convênios	-	60
Contrib. associativas e filiação	24	12
Despesas de capital	11.222	6.194
Total	<u>98.547</u>	<u>102.090</u>

(a) Receitas de contribuições: compostas pelas arrecadações direta e indireta.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Contribuição compulsória direta	30.590	26.695
Contribuição compulsória indireta	34.344	36.898
Total	<u>64.934</u>	<u>63.593</u>

(b) Receitas patrimoniais

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Aluguéis	934	970
Rendimentos de aplicação financeira	5.178	6.343
Atualização crédito tributário	170	6
Total	<u>6.282</u>	<u>7.319</u>

Handwritten signature

Handwritten signature

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

- (c)** Outras receitas correntes: correspondem aos valores recebidos a título de recuperação de despesas, como por exemplo, recuperação de crédito tributário; indenizações e restituições; receitas financeiras (juros e multa); e de patrocínios (valores recebidos com fins culturais para a unidade de negócios do Sesi Museu da Indústria).

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Recuperação de despesas	2.398	2.227
Receitas financeiras	156	154
Indenizações e restituições	158	296
Receitas de patrocínios	191	403
Total	<u>2.903</u>	<u>3.081</u>

- (d)** Subvenções e auxílios regulamentares e regimentais são valores referentes às subvenções especiais e ordinárias, repassadas pelo Departamento Nacional, calculados com base nos valores arrecadados da contribuição compulsória indireta.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Auxílio mínimo/subvenções ordinárias	4.937	4.884
Subvenções especiais	5.781	5.738
Total	<u>10.718</u>	<u>10.622</u>

- (e)** Apoios financeiros: valores apropriados no resultado relativos aos projetos estratégicos e apoios para eventos; modernização da gestão, bem como valores recebidos do Departamento Nacional a título de incentivo à produção, os quais são destinados a atender a manutenção e ampliação de programas de atendimento à indústria e trabalhadores.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Feiras e eventos	314	334
Modernização da gestão	4.716	2.414
Projetos estratégicos	5.695	2.810
Incentivo à produção	2.928	3.395
Total	<u>13.652</u>	<u>8.953</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

(f) Receitas de Capital: neste grupo constam as receitas de alienação de bens móveis, que são vendidos através de leilão público, bem como as receitas de subvenções extraordinárias, recebidas do Departamento Nacional, e o valor correspondente às operações de crédito aportadas no exercício.

Em 2018 a entidade efetuou o leilão de toda sua frota de veículos, passando a utilizar veículos locados, sendo essa a maior representatividade na rubrica de alienação de bens móveis.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Alienação de bens móveis	423	8
Subvenções extraordinárias	1.112	2.711
Operações de crédito internas (FRF)	-	6.124
Total	<u>1.534</u>	<u>8.843</u>

(g) Despesas diversas

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Arrecadação indireta	1.202	1.290
Judiciais, cartoriais e editais	16	11
Representação e integração	1	4
Jetons	36	32
Provisão de devedores duvidosos	241	302
Pedágio e estacionamento	9	9
Total	<u>1.505</u>	<u>1.649</u>

(h) Contribuições e transferências regulamentares e regimentais

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Contribuição FIEC	4.545	4.452
Contribuição IEL	1.195	1.143
Total	<u>5.740</u>	<u>5.595</u>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)**

20. BALANÇO FINANCEIRO

Os recursos da Entidade estão demonstrados através do Balanço Financeiro, que obedece ao modelo da Lei nº 4.320/64, evidenciando os valores recebidos, as despesas pagas e as disponibilidades financeiras iniciais e finais, conforme demonstrado:

	<u>31.12.2018</u>
Saldo do exercício anterior	77.249
(+) Recursos recebidos	
Receitas orçamentárias	114.834
Receitas extra orçamentárias	7.461
Variações patrimoniais ativas	4.581
Subtotal	204.125.054
(-) Aplicações de recursos	
Despesas orçamentárias	(98.547)
Despesas extra orçamentárias	(11.389)
Variações patrimoniais passivas	(3.539)
Subtotal	(113.476)
Total	90.649
Superávit do exercício	13.400

21. SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela "Entidade", está demonstrada a seguir:

Just

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Bens imóveis (incêndio/raio/explosão)	19/07/2018 a 19/07/2019	12.000
Bens imóveis (vendaval/furacão/ciclone/chuva)	19/07/2018 a 19/07/2019	1.000
Bens imóveis (danos elétricos)	19/07/2018 a 19/07/2019	300
Bens imóveis (equipamentos eletrônicos)	19/07/2018 a 19/07/2019	200
Bens imóveis (responsabilidade civil)	19/07/2018 a 19/07/2019	800
Veículos (danos materiais)	29/08/2018 a 29/08/2019	1.500
Seguros bens diversos (danos elétricos)	12/04/2018 a 12/04/2019	26
Seguros bens diversos (danos de causa externa)	12/04/2018 a 12/04/2019	148
Seguros bens diversos (incêndio/raio/explosão/impl.)	12/04/2018 a 12/04/2019	148

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade avaliou possíveis eventos subsequentes à luz das normas vigentes e entende que não existem fatos a serem divulgados que possam ter impacto sobre os demonstrativos contábeis.


 Ana Carolina Pereira Dutra Miranda
 Gerente de Contabilidade
 CRC-CE 019258/O-0

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

 Jorge Alberto Vieira Studart Gomes
 Diretor Regional do Sesi- DR CE